

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.
O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, Impactos e Perspectivas.

GT 07 – Trabalhos e trabalhadores não convencionais no capitalismo global

Mercado de Trabalho e Informalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte no período de 2001-2009: mudanças e permanências

Maria de Fátima Pereira Rossi
Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Doutoranda em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RESUMO ESTENDIDO

Mercado de Trabalho e Informalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte no período de 2001-2009: mudanças e permanências

O debate acerca do trabalho ganhou novo impulso na sociologia nas últimas décadas, tanto em função das grandes transformações econômicas em escala global, e seus desdobramentos nos contextos regionais, como pelos desafios teóricos e metodológicos que tais acontecimentos trazem aos velhos conceitos. O trabalho em suas diversas formas, remodelado pela automação, novas tecnologias de comunicação e pelos vínculos mais frouxos entre as organizações, trabalhadores e estado trouxe de volta à berlinda uma velha questão na América Latina: a informalidade. No Brasil, o trabalho informal constitui um fenômeno antigo e de grandes proporções, uma vez que as diversas atividades aí compreendidas existem desde o início da formação do mercado de trabalho e correspondem a quase 50% da mão de obra ocupada no país.

O termo informalidade tem sido alvo de críticas por ser empregado com significados distintos. As diferenças no uso do conceito são mais explícitas quanto à sua amplitude, ou seja, pode aparecer associado a uma determinada economia, a um setor ou à condição do trabalhador que exerce suas atividades sem contrato regulamentado. O fenômeno sobre o qual este artigo se debruça diz respeito ao trabalho informal como um modo específico e predominante de inserção no mercado de trabalho brasileiro, caracterizado pela responsabilidade do próprio trabalhador em prover os meios para o seu sustento.

Um aspecto importante da origem das atividades informais no Brasil é a forma excludente com que se idealizou a estruturação do mercado de trabalho, através da substituição dos ex-escravos por imigrantes europeus ao longo do século XIX. Com isso, de acordo com Theodoro (2005), parte expressiva da mão de obra nacional foi deixada à margem do mercado de trabalho ou ocupada em atividades mal remuneradas e de subsistência. No século seguinte, o mercado de trabalho no país ganhou uma nova configuração, sobretudo a partir dos anos 30, com um projeto desenvolvimentista, assentado na industrialização e, cujo ideário atrelou a cidadania ao emprego. De acordo com Barbosa (2008), a carteira de trabalho assinada passou a ser o passaporte do trabalhador para a condição de cidadão. Com isso, grande parte da força de trabalho

urbana foi inserida no mercado de trabalho formal, mas, por outro lado, uma parcela maior de trabalhadores permaneceu à sua margem, reforçando o caráter segmentado desse mercado. Mesmo com o acelerado processo de industrialização que prosseguiu até o final dos anos 70, o assalariamento não correspondeu ao crescimento econômico e a intensificação da migração rural-urbana fez aumentar a parcela da população inserida em atividades informais nas grandes cidades e suas regiões metropolitanas.

Nas duas últimas décadas do século XX, o trabalho informal se intensificou em função da crise do padrão de desenvolvimento adotado no país e seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho. Os números relativos ao assalariamento da década de 90, comparados aos da década de 70 mostram a dimensão de tais mudanças: segundo Cardoso (2010), em 1976 os empregados urbanos somavam 59%, caindo para 47% em 1996. Inversamente, os assalariados sem carteira eram 20% em 1976 e 25% em 1996. Com isso, ao longo da década de 90, ocorreu uma ampliação da área de fronteira do mercado de trabalho, marcada pela intensificação das relações entre atividades formais e informais, decorrente das alterações estruturais (tecnológicas) e conjunturais (crise/recessão e crescimento econômico). Os efeitos das mudanças econômicas mundiais se fazem sentir, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, onde a industrialização foi mais intensa e, com isso, sofrem diretamente os impactos das crises. A esse cenário mundial, acrescentam-se as condições específicas de estruturação dos mercados de trabalho entre regiões marcadas pelo desenvolvimento desigual.

No entanto, os novos rumos da economia e da política no Brasil nos anos 2000 trouxeram mudanças relevantes em relação às estatísticas do mercado de trabalho, como a redução da informalidade. De acordo com informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), o grau de informalidade nas regiões metropolitanas, calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), aponta essa alteração: em 2003, a informalidade era de 46%; em 2005 caiu para 44,5%; e em 2009 caiu para 41,7%.

Alguns pesquisadores analisam a redução da informalidade como um possível indício de retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho no país, mas outros, menos otimistas, afirmam que a maior parte dos postos de trabalho criados é precária no que se refere às formas de contratação e garantia de direitos. O significado dessas mudanças ainda é difícil de ser compreendido, sobretudo pelo curto período de

retomada do crescimento de postos de trabalho formais. Acrescente-se a isso a grande diversidade dos mercados de trabalhos nas diversas regiões metropolitanas brasileiras.

No entanto, a precarização ou não do trabalho não parece constituir o cerne do problema referente à informalidade do trabalho no Brasil. A questão central no debate reside nos fatores de permanência e reprodução da desigualdade na base da pirâmide do mercado de trabalho. Se o mercado de trabalho formal parece estar perdendo seus contornos, através da flexibilização, sob a perspectiva do trabalho informal esses limites nunca foram bem definidos. Ou seja, na base da pirâmide do mercado de trabalho brasileiro como um todo, onde está a maioria dos trabalhadores pobres, eles podem se alternar nas condições de formal e informal ou mesmo se encontrarem nas duas situações simultaneamente. Mas os trabalhadores mais pobres entre os pobres encontram-se na informalidade, ainda que haja situações diferenciadas, sobretudo no que diz respeito ao grau de qualificação, o que pode definir formas distintas de inserção entre eles. A desigualdade de condições é uma das faces da desigualdade social brasileira, mas como uma das instituições da sociedade, o mercado de trabalho não somente a reflete, mas a reproduz. Nesse sentido, ainda que todos os trabalhadores informais possam ser considerados desprotegidos, uns o são mais do que os outros.

No sentido de contribuir com a identificação de alguns fatores envolvidos na dinâmica recente do mercado de trabalho, o artigo traz como principal foco orientador da análise a seguinte questão: as mudanças econômicas e sociais ocorridas no país ao longo da década de 2000 alteraram as características do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial no que diz respeito ao trabalho informal?

Considerando que as grandes cidades e suas regiões metropolitanas concentram a maior parte dos trabalhadores, o artigo apresenta uma análise das transformações e permanências do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com ênfase no trabalho informal, desenvolvida através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), comparando-se informações de 2001 e 2009. A RMBH é composta por um grande número de municípios e constitui o terceiro maior mercado de trabalho do país, com uma população economicamente ativa (PEA) de quase três milhões e a menor taxa de informalidade entre nove regiões metropolitanas, conforme dados da PNAD (2009). Parte-se da premissa de que uma análise das mudanças nas características do trabalho, sobretudo o informal, nas regiões

metropolitanas permite perceber com maior profundidade o funcionamento do mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito às suas desigualdades.

A pesquisa utilizou dados secundários sobre o mercado de trabalho, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A opção por utilizar os dados da PNAD justifica-se, principalmente, por duas razões: sua abrangência (temporal e espacial); e seu conteúdo. A PNAD é realizada anualmente, desde a década de 1960, em nove regiões metropolitanas brasileiras. Devido aos seus múltiplos propósitos, a PNAD permite a comparação e análise de diversas características socioeconômicas ao longo do tempo, além de conter um grande número de questões acerca do mercado de trabalho. Vale acrescentar que tais informações são de fácil acesso, não oferecendo maiores dificuldades ao pesquisador.

Para possibilitar a identificação das mudanças ao longo da década de 2000, optou-se por analisar os dados referentes ao início e ao final da década: 2001 e 2009. Os dois momentos permitem perceber tanto as primeiras alterações no mercado de trabalho no começo da década de 2000, ainda com reflexos dos anos 90, quanto os efeitos das principais mudanças ocorridas ao longo da década. A análise foi realizada a partir da comparação das características dos grupos que compõem o mercado de trabalho formal e informal nos dois anos. Para efeitos da análise comparativa, os grupos foram separados entre formais - compostos por empregados com carteira assinada, trabalhadores domésticos com carteira assinada, militares, funcionários públicos estatutários e empregadores – e informais – compostos por empregados sem carteira de assinada, domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não-remunerados. As principais características analisadas foram: ramo de atividade; ocupação; local de realização do trabalho; rendimento; tipo de remuneração; jornada de trabalho; contribuição à previdência; sexo; idade; escolaridade, raça/cor.

Os resultados preliminares da pesquisa permitem afirmar que, embora presente em todo o país, o trabalho informal apresenta diferenças relevantes entre as regiões metropolitanas, tanto em relação ao seu peso no mercado de trabalho quanto em relação à sua composição. No caso da RMBH ocorreram mudanças importantes na inserção de trabalhadores no mercado de trabalho formal no período, mas também foi possível observar a permanência de antigas desigualdades, como a situação de desvantagem da

mulher, tanto no mercado formal quanto informal. Na informalidade, a situação de desvantagem da mulher aparece de modo ainda mais explícito, seja pelo grande e insistente número de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada, seja pela maior incidência entre os trabalhadores na produção para o próprio consumo e entre os não remunerados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In OLIVEIRA, Roberto V. de; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.) **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

CARDOSO JR., J. C. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. JACOUD, L. (Org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FURTADO, Bernardo A. Metrôpoles e suas periferias: breve análise empírica como diagnóstico. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, texto para discussão n. 1624, jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Grau de informalidade. IPEADATA. Elaboração: Disoc/Ipea. Atualizado em: 10/12/2010

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2007.

NEVES, Magda de A. Trabalho atípico. Cattani, A. D. e Holzmann, L. (Org.) **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RESUMO SIMPLES

Mercado de Trabalho e Informalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte no período de 2001-2009: mudanças e permanências

A questão central do artigo versa sobre informalidade do trabalho no Brasil, fenômeno antigo e de grande relevância social, sobretudo nas suas regiões metropolitanas, onde se concentra a maior parte dos trabalhadores. O estudo se concentrou na análise estrutural do terceiro maior mercado de trabalho do país, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e foi desenvolvido a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), comparando-se informações de 2001 e 2009. Os resultados permitem identificar diferenças relevantes no mercado de trabalho informal entre as regiões metropolitanas. No caso da RMBH ocorreram mudanças significativas com a redução da informalidade no período, mas também foi possível observar a permanência de antigas desigualdades, como a situação de desvantagem da mulher que se reproduz de forma mais explícita na informalidade.